

RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2013

1. INTRODUÇÃO

No final de mais um exercício na atividade que vem sendo desenvolvida, vimos informar os nossos Fundadores sobre as iniciativas mais relevantes levadas a cabo em 2013, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

Cumprindo o que se encontra fixado nos seus Estatutos a Fundação desenvolve um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

Ao pôr de pé projetos próprios ou ao apoiar projetos alheios a Fundação, com vista a assegurar a continuidade da sua ação, para além de se preocupar com o valor intrínseco dos projetos que promove e a repercussão positiva que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue, preocupa-se igualmente com a sua sustentabilidade financeira. Nesse contexto a Fundação segue sistematicamente uma política de custos que tende a limitar os encargos fixos através do recurso a serviços externos.

Como vem sendo prática nos últimos exercícios foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação, procurando-se estudar o lançamento de outras iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis. De referir que as limitações financeiras motivadas pela manutenção da instabilidade dos mercados de capitais continuam a ser a principal dificuldade que a Fundação vem enfrentando para lançar alguns projetos, de médio prazo, que possam ser financeiramente sustentáveis.

Relativamente ao projeto das Escolas Profissionais em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio a este projeto, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET.

Quanto ao projeto Memória de África, continuaram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais, quer de Instituições de alguma forma relacionadas com África, quer de particulares, procurando-se incrementar a recolha em diversos países, designadamente, em centros de documentação.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, prossegue a sua edição de forma regular em paralelo com a divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África, que está a ser remodelado com vista a corresponder com maior atualidade e rigor aos grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

No domínio do projeto Diáspora Africana, depois de realizado um dos seus objetivos programáticos, concretamente o estudo da Diáspora Guineense em Portugal, prosseguiram os trabalhos de execução do estudo da Diáspora Portuguesa em Angola.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, continuaram os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A., Fundador Principal, em paralelo com a recolha de outros espólios que têm sido oferecidos à Fundação. Neste momento estudam-se formas de facilitar o acesso por parte dos interessados à consulta das obras que constituem o acervo da Biblioteca.

Prosseguem, entretanto, os esforços necessários à renovação do espólio de obras sobre temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

Quanto à utilização do Auditório, e no âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, associação de jovens que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem

a interculturalidade num contexto lusófono global, tem-se procurado a dinamização deste espaço da Sede da Fundação Portugal – África, através da realização de atividades que se enquadrem no âmbito programático definido.

De referir que em 2013, e cumprindo o estipulado na Lei - Quadro das Fundações, que estabelece as novas regras de funcionamento destas instituições em Portugal, procedeu-se aos ajustamentos que se mostraram necessários, nomeadamente a adequação dos Estatutos da Fundação Portugal – África ao novo ordenamento jurídico.

Sobre as alterações realizadas, e aprovados em Assembleia Geral de Fundadores, aguarda-se a decisão final da Presidência do Conselho de Ministros.

Como já se referiu, a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros nacional e internacional, tem condicionado de forma significativa os resultados da carteira de títulos, com os inevitáveis reflexos negativos no nível de atividade desenvolvida, uma vez que a sustentabilidade financeira da Fundação tem sido um dos pilares essenciais em que tem assentado a gestão corrente da Fundação Portugal - África.

2. Assembleia de Fundadores

Em 12 de Julho de 2013, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Fundadores na qual estiveram presentes mais de metade dos representantes dos atuais Fundadores, a que correspondeu cerca de 91,12 % dos votos totais detidos.

Na execução da Ordem de Trabalhos, para além da aprovação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2012 e das alterações aos Estatutos para cumprimento da Lei - Quadro das Fundações, foram ainda discutidas e sugeridas linhas de orientação para o desenvolvimento da actividade futura da Fundação, que deverá ser enquadrada pela atual conjuntura dos mercados financeiros nacional e internacional.

3. Sede

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram, como anteriormente referido, os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao auditório, no Dia de África, 25 de Maio, decorreu um Encontro de Jovens Lusófonos, cerca de cinquenta dirigentes associativos, oriundos da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e que se encontravam no Porto para participarem no Encontro Nacional da Juventude.

Em Novembro decorreu novo Encontro subordinado ao tema “Promoção da Língua Portuguesa e divulgação das culturas lusófonas” que teve a participação do Administrador Executivo da Fundação Portugal – África, e ainda de Joaquim de Freitas, da Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Ação, de Lurdes Macedo, investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, de Dito Max e Ivo Santos, respetivamente Presidente e Secretário - Geral do Fórum da Juventude da CPLP e da Presidente da Conexão Lusófona, Laura Vidal.

Este evento inseriu-se num Ciclo de debates para discussão do Plano de Estratégico da Juventude da CPLP.

As conclusões e contributos dos participantes deram origem a uma recomendação final que foi encaminhada para a Conferência de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP, que decorreu no Brasil, no final de 2013.

Estas duas iniciativas enquadraram-se no programa de cooperação celebrado com a Conexão Lusófona.

Para além daqueles eventos, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de acções de formação dos seus Quadros.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Em 2013, a atividade da Fundação Portugal – África foi centrada na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África, promovendo, também, o princípio da cooperação com outras instituições a fim de potenciar as capacidades individuais de cada uma delas

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto “Memória de África”

Continuou a execução deste projeto através da recolha de registos e digitalização de acervos disponibilizados por várias instituições e particulares, contribuindo para que a base de dados que lhe está associada constitua um local de pesquisa para quem se interessa pelas questões ligadas à Lusofonia.

No exercício de 2013, foram digitalizadas as obras da Monumenta (cerca de 37.000 páginas), que se espera venham a atrair muitos visitantes. Estas obras dizem respeito a relatórios feitos pelos padres jesuítas, nomeadamente, Monumenta Brasiliae, Monumenta Novae Franciae, Monumenta Mexicanae, Monumenta História Japoniae, Monumenta História Societatis Iesus, Monumenta Proximi Orientis, Monumenta Africana, e outras. Os atuais registos, já introduzidos no portal, têm uma estrutura como se apresenta no quadro

seguinte. Se fizermos uma pesquisa pela designação do País, Angola mantém-se como o que tem mais registos aumentando mesmo a diferença este ano em relação aos restantes:

Designação de pesquisa	2011		2012			2013		
	Registos	%	Registos	%	Diferença	Registos	%	Diferença
Angola	61129	18,7	62909	18	1780	66676	17,7	3767
Cabo Verde	30030	9,2	30211	8,6	181	31073	8,2	862
Guiné Bissau	15538	4,8	15717	4,5	179	16181	4,3	464
Goa	30793	9,4	31762	9,1	969	33545	8,9	1783
Macau	6797	2,1	11632	3,3	4835	13238	3,5	1606
Moçambique	60487	18,5	61905	17,7	1418	63401	16,8	1496
Portugal	52240	16,4	53453	15,3	1213	57934	15,4	4481
São Tomé e Príncipe	14285	4,4	14397	4,1	112	14608	3,9	211
Timor	1358	0,4	1549	0,4	191	1679	0,4	130
sub total	273870	83,9	283535	81	9665	298335	79,1	14800
Outras designações	52650	16,1	66410	19	13760	78604	20,9	12194
Total	326520	100	349945	100	23425	376939	100	26994

Fonte: site Memória de África e do Oriente

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013, os países e os territórios de origem das nossas visitas são 179 e os dez primeiros são os do quadro seguinte sendo a Índia o décimo primeiro. Note-se a subida de acessos com origem na Alemanha que nem constava dos dez primeiros no ano de 2012. Verificamos igualmente que os visitantes continuam a ter uma enorme atração por obras digitalizadas a que têm um acesso muito mais fácil pelo Projeto do que pelas Bibliotecas e Arquivos existentes.

úmero	País/Território	Visitas	% de visitas
1	Portugal	124.580	45,9
2	Brasil	59.253	21,9
3	Angola	19.576	7,2
4	Moçambique	15.237	5,6
5	Cabo Verde	7.020	2,6
6	Estados Unidos	4.222	1,6

7	França	3.847	1,4
8	Reino Unido	2.520	0,9
9	Espanha	2.095	0,8
10	Alemanha	1.818	0.7

Fonte: Google Analytcs

Num Encontro onde foi apresentado o Projeto, uma Técnica da Autoridade Tributária e Aduaneira sugeriu que poderiam ser recolhidos registos nas Alfandegas que passaram a estar sob tutela deste organismo estatal, iniciou-se, desde já, a recolha de referências que se espera terminar em breve.

Foi também possível um acordo com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical quanto ao planeamento de recolha de registos e possivelmente digitalização de fotografias que o Instituto possui com identificação de conteúdo. Foi ainda acordado que seriam digitalizadas cerca de 25.000 páginas que constituem os Anais desta Instituição (4 séries que vão de 1905 a 1984, um volume de 2012 e outro de 2013).

Ainda durante 2013 foram feitas apresentações de divulgação do projeto designadamente na Universidade do Algarve e num Encontro em Bragança de uma organização da CPLP. Uma Universidade de Delf na Holanda veio a Portugal e expressou o pedido de ajuda para realizarem um projeto similar na Holanda, tendo convidado o Coordenador do projeto, Prof. Doutor Carlos Sangreman, a deslocar-se àquele País.

Existem neste momento recolhidos cerca de 381 mil registos bibliográficos, e 365.798 páginas digitalizadas, tendo-se recolhido uma média mensal de 2.216, em 2013.

O Gráfico seguinte compara a evolução em 2012 e 2013, em visitas e em páginas visitadas:



A base de dados pode ser consultada no endereço www.memoria-africa.ua.pt.

Esta base de dados promovida pela Fundação Portugal – África, vem sendo desenvolvida com a colaboração do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) / Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA), da Universidade de Aveiro (UA) – Departamento de Eletrónica e Telecomunicações (DETUA) e do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Numa primeira fase da sua execução contou, também, com a participação do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

b) Escolas Profissionais de Moçambique

A Fundação Portugal – África continuou a apoiar o programa de implementação da Rede de Escolas Profissionais de Moçambique, (ex - Escolas de Artes e Ofícios) que continua a expandir-se no seguimento da vontade política do Governo de Moçambique, à qual a Fundação tem correspondido com particular

empenho dada a relevância que o projeto assume no quadro da política de educação naquele País.

Deste modo e para além do apoio permanente às estruturas centrais do Ministério da Educação / Direção Nacional do Ensino Técnico-Profissional (MINED/DINET), a Fundação Portugal - África desenvolveu e/ou coparticipou nas seguintes ações/eventos:

- Apoio às estruturas centrais do Ministério da Educação

O consultor-residente, Eng.º José Abreu, apoiou os órgãos de decisão da política educativa do Ministério da Educação, especificamente a Vice-ministra da Educação (que tem o pelouro do Ensino Técnico Profissional) nomeadamente: (i) na abordagem da temática “Ensino Secundários versus Ensino Técnico-Profissional”; (ii) na preparação de uma síntese do relatório de Avaliação Internacional do modelo educativo e formativo das escolas profissionais de Moçambique que foi presente a Conselho de Ministros; (iii) no estudo do provimento dos alunos bolseiros como professores do Ensino Técnico Profissional.

- Seminário de Avaliação de Resultados do 1º Ciclo de Formação

Após a finalização da formação técnica e psicopedagógica dos alunos bolseiros do ciclo de formação 2009/2012, constatou-se a necessidade de corrigir e ajustar alguns procedimentos de natureza pedagógica e organizacional, pelo que foi decidido realizar um Seminário que envolvesse os intervenientes mais diretos no processo de formação psicopedagógica (Escolas Acolhedoras e Universidade Católica). As conclusões obtidas permitiram fazer um reajustamento ao programa de formação seguinte que decorreu de Setembro a Dezembro.

- Requalificação e Preparação de Agentes Educativos

Com o apoio do projeto e com o envolvimento dos membros das ELIDEP – Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas

Profissionais, estava prevista a realização de várias ações de formação técnica e psicopedagógica: (i) em Nampula, destinadas a agentes educativos das províncias Nampula, Tete, Cabo Delgado e Niassa; (ii) em Nhamatanda província de Sofala, destinada aos agentes educativos da província; (iii) em Mabote, província de Inhamane, destinadas aos professores da Escola Profissional de Mabote.

Por motivos de segurança interna apenas se realizou a ação prevista para Mabote, sendo o próprio Ministério da Educação a desincentivar a realização das restantes ações.

- Deslocação às Províncias e visitas a Escolas

Em Março visitaram-se escolas e Direções Provinciais pertencentes às províncias de Inhambane, Sofala, Manica e Tete. A deslocação tinha como objetivos: (i) distribuição do Livro “ Escolas Profissionais de Moçambique - Para Memória Futura – Dez Anos a Acreditar” e do Relatório da Avaliação Internacional; (ii) ponto de situação sobre a colocação dos alunos bolseiros do 1º ciclo de formação realizado em escolas portuguesas; (iii) palestra na Escola Profissional de Chimoio sobre “Modelo Educativo e Formativo das Escolas Profissionais de Moçambique”.

- Encontro Nacional Conjunto

O consultor-residente, na sua qualidade de Coordenador da Unidade Técnica de Apoio - PEP, participou, em Agosto, na reunião nacional conjunta das autoridades educativas de Moçambique, subsistemas do Ensino Técnico Profissional e do Ensino Secundário. No programa do evento foi considerado um espaço para apresentação do “Modelo Educativo e Formativo das Escolas Profissionais de Moçambique”.

Já com o evento a decorrer, o Senhor Vice-Ministro da Educação de Moçambique solicitou o consultor-residente para desenvolver o tema “Projeto Educativo de Escola - Um Instrumento de Mudança Positiva” que

acabou por dissipar as dúvidas existentes e motivou as escolas a construir os seus próprios projetos educativos

- Seleção de novos bolsеiros (ciclo de formação 2013/2016)

Foi acionado o processo de recrutamento de 15 novos alunos bolsеiros para o novo ciclo de formação em Portugal (2013/2016). Estão assegurados os financiamentos do “Camões – Instituto de Cooperação e da Língua”, da Fundação Portugal - África e das escolas profissionais portuguesas acolhedoras. O Ministério da Educação de Moçambique assegurou as deslocações aéreas dos alunos.

- Visita do Embaixador de Portugal a Escolas Profissionais

O novo Embaixador de Portugal em Moçambique, Dr. José Augusto Duarte, pretendendo conhecer algumas escolas profissionais apoiadas pelo projeto, aproveitando a sua visita às províncias de Gaza e de Inhambane deslocou-se, acompanhado pelo Conselheiro para a Cooperação, às Escolas Profissionais de Inharrime e de Homoine.

- Divulgação

Emissão do Programa “Escolas Profissionais de Moçambique – ABC para a Vida

No âmbito do protocolo estabelecido com a RTP África e depois da recolha de informação visual e escrita pela equipa RTP África / Moçambique, foi emitido o primeiro de uma série de programas sobre as escolas profissionais de Moçambique.

As Escolas Profissionais de Moçambique na Televisão portuguesa

Em Maio, no programa “Os comentários de Marcello Rebelo de Sousa” foi apresentado o livro “Escolas Profissionais de Moçambique – Para Memória Futura - Dez Anos a Acreditar”. Foi grande o impacto desta

apresentação junto de várias entidades que questionaram onde poderiam adquirir o livro.

Site sobre as Escolas Profissionais de Moçambique

Já se encontra aberto para consulta um *site* sobre as Escolas Profissionais de Moçambique, que pode ser consultado em www.epmocambique.com

Revista Tecnicando

Por questões orçamentais e pelo facto de se pretender fazer a apresentação do Projeto em Lisboa, na sede do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a revista não foi publicada em 2013.

- Tese de Doutoramento sobre Escolas Profissionais

A Fundação Portugal – África apoiou o trabalho de campo realizado em Moçambique pela Dr^a Ana Sofia de Carvalho Barros Oliveira Martins, com vista á apresentação de uma tese de doutoramento em Ciências da Educação, subordinada ao tema "As Escolas Profissionais de Moçambique e o Impacto no Desenvolvimento Sociocomunitário". Foi obtida a necessária autorização junto do Ministro da Educação de Moçambique que enalteceu a iniciativa.

- Memorando de Entendimento com a Escola Portuguesa de Moçambique

Dada a necessidade de se potenciarem recursos e criarem sinergias de colaboração entre pilares da cooperação portuguesa em Moçambique, vai elaborar-se um protocolo de colaboração com a Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP).

Esta proposta teve a concordância do “Camões – Instituto da Cooperação e da Língua”.

- Provisamento dos alunos como Professores do Escola Profissionais de Moçambique

A colocação em escolas moçambicanas dos professores do 1º ciclo de formação (2009/2012) que foram habilitados técnica, científica e pedagogicamente em Portugal deparou com algumas dificuldades burocráticas e administrativas, sendo os alunos colocados tardiamente nas escolas. Tal situação deveu-se ao facto de se tratar de um novo processo de recrutamento de docentes.

Para minimizar esta situação negativa, a Unidade Técnica de Apoio - PEP elaborou um conjunto de normas para que não se repetisse a situação verificada em 2012. Essas normas foram aceites pelo Ministério da Educação de Moçambique e os alunos do ciclo de formação 2010/2013 obtiveram à sua chegada a Maputo, as guias de colocação nas suas escolas de origem.

- Graduação de Alunos

No dia 20 de Dezembro procedeu-se à graduação dos alunos bolseiros do ciclo de formação 2010/2013. A cerimónia realizou-se na Universidade Católica. Porto e contou com a presença do Professor Doutor Francisco Carvalho Guerra, Vice Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal - África, do Embaixador de Portugal em Moçambique, do Cônsul-geral de Moçambique, do Diretor Nacional Adjunto da DINET / MINED (Moçambique) e do Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica. Estiveram também presentes os Diretores das Escolas Profissionais Portuguesas acolhedoras, professores dos curso de psicopedagogia e da formação técnico profissional destes alunos e, ainda, os novos alunos bolseiros (ciclo de formação 2013/2016)

- Segunda Edição do Livro “ Para Memória Futura”

Pelo facto de se ter esgotado a primeira edição do livro “ Escolas Profissionais de Moçambique - Para Memória Futura – Dez Anos a Acreditar” e dado os sucessivos pedidos de esclarecimento para a sua

obtenção, a Fundação Portugal África decidiu mandar imprimir uma nova edição distribuída, em primeira mão, na sessão de apresentação do projeto em Lisboa, na sede do “Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, em 15 de Janeiro de 2014

c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

Na sequência destes trabalhos, estão disponíveis no Portal da Fundação Portugal – África, três blogues, que a seguir se indicam, visando a prevenção desta doença:

<http://redevihsidanoticias.cidadaosdomundo.org/>

<http://redesaudecplp.cidadaosdomundo.org/>

<http://redejovenscplp.cidadaosdomundo.org/>

De assinalar a participação muito ativa neste projeto dos jovens lusófonos organizados à volta da Associação Bué Fixe.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma significativa aceitação junto dos seus destinatários.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

Prosseguiram em 2013 os trabalhos de execução do estudo da diáspora portuguesa em Angola, com o qual se pretende analisar os fluxos migratórios portugueses para Angola, desde o final da guerra civil até à atualidade.

Paralelamente a este trabalho a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito, da iniciativa de outras entidades.

4.3- Novas iniciativas em cooperação

a) Ciclo de Seminários – organizado pela Católica Porto Business School, em parceria com a Fundação Portugal – África, decorreu no nosso auditório, no âmbito do MBA Atlântico, o Ciclo de Seminários de Ética e Responsabilidade Social: Sociedade Sustentável, Empresa Sustentável, Liderança para a Sustentabilidade.

b) VII Sessão Plenária do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento - subordinada aos temas “Avaliação do CAD – OCDE – Progressos registados e suas implicações” e “Dinamização dos Grupos de Trabalho e reuniões temáticas”. A sessão contou com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Prof. Doutor Luís Brites Pereira, tendo a Fundação Portugal – África estado representada.

c) Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes – como membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida sob a coordenação da Fundação Calouste Gulbenkian.

Nesta Plataforma participam, designadamente, Fundações, Autarquias, Associações Patronais e Sindicais, entre outras entidades.

d) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar nas atividades deste Órgão da CPLP.

e) Centro Português de Fundações – a Fundação Portugal – África, na qualidade de membro do Centro Português de Fundações, tem estado presente nas iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente no XIII Encontro Nacional de Fundações que decorreu em Évora e nas Assembleias Gerais ordinariamente convocadas.

f) Projeto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais” – com esta iniciativa, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal – África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD e com a cooperação do Camões – Instituto da Língua e da Cooperação e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação, no qual a Fundação Portugal – África participa financeiramente e intervém nos seus órgãos de gestão.

4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.4.1) Guiné – Bissau – criação de processos de orientação profissional – em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné - Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar durante o ano de 2013, a execução da iniciativa. Entretanto, o coordenador desta ação

concluiu em Lisboa, uma pós graduação com a apresentação de uma Tese na área da sua especialidade.

4.4.2) III Congresso do Direito de Língua Portuguesa – organizado pelo Instituto do Direito de Língua Portuguesa e Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique e coordenado pelo Prof. Doutor Jorge Bacelar de Gouveia. Decorreu nos dias 20 a 21 de Março de 2013, em Maputo, Moçambique, e nele se pretendeu refletir sobre alguns temas jurídicos comuns aos Estados de Língua Portuguesa, essencialmente na dimensão da aplicação prática das suas normas e institutos.

4.4.3) “As causas das sucessivas crises político – militares na Guiné – Bissau” – trabalho de investigação a desenvolver pelo Dr. Silvestre Alfredo Alves.

4.4.4) Livro “Roças de São Tomé e Príncipe” – edição de livro que procura dar a conhecer as roças de cacau e café daquele País, património de origem portuguesa que, face à sua localização, organização tipológica e arquitetura tornam estas estruturas agrárias únicas no mundo.

4.4.5) IV edição da Bienal de Culturas Lusófonas - promovida pelo Município de Odivelas. O evento decorreu de 3 a 26 de Maio de 2013, e abrangeu áreas desde o debate de questões estratégicas da lusofonia, exposição de artes plásticas, encontro de escritores lusófonos e diversas atividades como teatro, cinema, dança, música, canto, etc.

4.4.6) Edição do livro “Uma Língua - Oito Cidades Unidas na Diversidade” – de autoria do jornalista angolano Gabriel Baguet Jr. procura espelhar a diversidade de identidade histórica, cultural e literária de cada uma das oito capitais dos países membros da CPLP.

4.4.7) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, prosseguiram em 2013, em diferentes localidades da Guiné – Bissau, o projeto de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral.

4.4.8) XVI Edição dos Encontros de Basto e Barroso – organizada pelo Centro de Formação de Barroso, instituição que promove ações de formação dos professores e pessoal não docente dos Concelhos de Cabeceiras, Celorico, Mondim de Basto, Montalegre e Ribeira de Pena. Decorreu de 22 a 24 de Abril e teve, entre outras iniciativas, a realização de uma Feira do Livro, de uma Feira das Profissões, das Ideias e Projetos e de um Seminário subordinado ao tema “Língua Portuguesa e Lusofonia”.

4.4.9) Exposição do Mestre Eduardo Nery – organizada pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, teve como tema “Função, Estética & Ciência”. Decorreu em Lisboa, e nela foi apresentada uma coleção de arte tradicional africana, incluindo máscaras, esculturas, têxteis, objetos de adorno e instrumentos musicais.

4.4.10) 1.º Encontro Internacional de Reflexão e Investigação – organizado pela Universidade de Cabo Verde, decorreu de 5 a 6 de Junho na cidade da Praia.

4.4.11) Associação de Estudantes Angolanos em Portugal - realização de uma Gala Académica que teve como objetivo proporcionar aos participantes uma visão integrada e atualizada da vivência cultural angolana, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade estudantil.

4.4.12) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu no passado Verão e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, incluindo os provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna.

4.4.13) Projeto “Nô Djunta Mon” – promovido pelo ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitário, a desenvolver em São Vicente, Cabo Verde, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento comunitário e a educação para o desenvolvimento.

4.4.14) Projeto Soya Kutu – programação cultural, a implantar na Ilha do Príncipe, em parceria com artistas e agentes locais, proposto por um grupo de artistas portugueses e com o apoio da Direção Geral das Artes, do Governo Regional da ilha do Príncipe e Banco Internacional de São Tomé e Príncipe.

4.4.15) Associação de Jovens “Bué Fixe” – comemoração dos dez anos de existência da Associação ligada ao Programa de prevenção de ITS’s / VIH e Sida, desenvolvido pela Fundação Portugal – África.

4.4.16) Doutoramento em Ciências da Educação - desenvolvido em Moçambique pela Dr.^a Sofia Oliveira Martins e subordinado ao tema “As escolas profissionais de Moçambique e o impacto no desenvolvimento sociocomunitário”. Com este estudo, pretendeu-se verificar se as escolas profissionais de Moçambique estão a desempenhar o papel de motor de desenvolvimento local e de desenvolvimento socioeconómico nacional, permitindo obter uma nova forma de avaliação do projeto lançado pela Fundação Portugal - África.

4.4.17) “Arquitetura portuguesa em Moçambique”- trabalho de investigação a realizar pela arquiteta Maria de Lurdes Dinis, relacionado com a presença portuguesa naquele País.

4.4.18) Instituto Luso – Árabe para a Cooperação – instituição que tem como objetivos o estudo, a divulgação e a prossecução de ações tendentes ao desenvolvimento da cooperação de natureza cultural, económica, social e técnica entre Portugal e os países árabes, vem desenvolvendo uma atividade que visa o reforço da cooperação entre os países lusófonos e os países árabes de África.

4.4.19) Livro sobre a Guiné – Bissau – a editar pelo jornalista Manuel Vitorino, e que tem como objetivo um estudo sobre a realidade política, social e económica da Guiné - Bissau.

4.4.20) Exposição de coleções africanas – no âmbito das comemorações dos 130 anos do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical e dos 120 anos do Museu Nacional de Arqueologia, as duas instituições organizaram uma exposição de coleções africanas de sua propriedade.

4.4.21) Seminário “Narrativas Escritas e Visuais da Nação Pós – Colonial” – organizado pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, onde se irá refletir sobre o diálogo das relações entre a narrativa escrita e visual, na construção e representação de conceitos como nação, etnia, diáspora, migração, configurando e desfigurando identidades.

5. Evolução económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2013 e as notas correspondentes são apresentadas em secção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2012 era de 11.724.762 Euros, registou um aumento face ao exercício anterior, atingindo no final de 2013 o valor de 11.942.052 Euros.
- O valor dos Fundos Patrimoniais, que no final do exercício de 2012 ascendiam a 11.708.717 Euros, registou um aumento face ao exercício anterior, atingindo no final de 2013 o valor de 11.902.743 Euros.
- O Resultado Líquido do exercício de 2013 situou-se em 178.251 Euros, representando uma diminuição face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior no valor de 414.029 Euros.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação, com o reforço da autonomia da Fundação e potenciando a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do resultado líquido do exercício:

Tal como referido na Nota 9 do Anexo às Demonstrações financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo assim, o Resultado Líquido do exercício de 178.251 Euros será aplicado nos Fundos patrimoniais da Fundação.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não existem factos relevantes ocorridos após o termos do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2013.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2013, seriam de, aproximadamente 3.191 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados à Euribor.

6. Atividades futuras

Em 2014 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África.

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

a) Reativação do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique

Em conformidade com a vontade expressa pelas autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a intervir neste projeto, esperando-se poder continuar a contar com a colaboração do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições já associadas, ou que possam vir a associar-se a esta iniciativa, permitindo a consolidação deste sistema de ensino em Moçambique, sem deixar de procurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

b) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Continuarão as ações em curso, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, mantendo-se a expectativa que, da execução já efetuada do projeto, se possa recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

c) Memória de África

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas em Portugal, bem como os relativos ao Módulo Oriente, com particular incidência nas entidades que se indicam:

- **Autoridade Tributária e Aduaneira** – tendo-se iniciado a recolha de registos em 2013, espera-se terminar em 2014.
- **IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical** - tendo já terminado a recolha na Biblioteca do Centro de Estudos de História Ultramarina, proceder-se-á a novas recolhas noutras Bibliotecas dentro do IICT.
- **ISCTE e Fundação Oriente** – continuarão os trabalhos em 2014
- **CGD (fundo ex-BNU)** – continuação do trabalho, já que entretanto surgiram novos acervos
- **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra** – continuação do trabalho, que continua a apresentar possibilidades de recolha de registos e de digitalização para vários anos.
- **Biblioteca Nacional** – início do tratamento documental dos opúsculos ultramarinos (compilação de documentos sobre a presença portuguesa nas ex-colónias); uniformização de acordo com as políticas de catalogação e indexação de 65.000 registos entregues pela Biblioteca Nacional
- **Instituto de Higiene e Medicina Tropical** – o trabalho de recolha de registos começará em 2014, realizando a digitalização dos Anais do IHMT.

Relativamente a outros conteúdos, serão provenientes da recolha de acervos documentais de particulares que sejam doados à Fundação ou nela os depositem, ou permitam o seu tratamento documental.

d) Edifício Sede da Fundação

No âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, continuarão a ser desenvolvidos projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, nomeadamente as sessões relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projeto Diáspora Africana, promovendo encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço uma utilização articulada com os grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, não sendo previsível contar com o financiamento por fundos públicos que permitam a contratação de Técnicos documentalistas, que façam o acolhimento dos utilizadores e procedam à recolha e tratamento de outros acervos documentais, procurar-se -á disponibilizar no Portal da Fundação Portugal – África a informação necessária sobre o espólio existente, e em simultâneo criar condições para que possa ser viabilizada a consulta das obras disponíveis.

e) Observatório de África

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

f) Diáspora Africana

Irão continuar os trabalhos relativos ao estudo da Diáspora Portuguesa em Angola, coordenados pelo Prof. Doutor Carlos Sangreman, que se perspetivam estar concluídos durante 2014.

Ainda no âmbito deste projeto, prosseguirá o trabalho de aprofundamento e conhecimento das demais iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização no nosso Auditório do “Encontro anual dos estudantes africanos em Portugal “ ampliando as sinergias que se venham a identificar.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais”.

Finalmente manifesta-se o especial agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua – Camões / IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

PORTO, 10 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Mário Soares

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo, em
representação de Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -
Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do
Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Álvaro José Barrigas do Nascimento, em
representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Henrique Granadeiro, em representação da Portugal
Telecom, S.A.

Rui Moreira, em
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro 2013	Dezembro 2012
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	913 189	996 283
Activos intangíveis	6	387 145	372 482
Total do activo não corrente		1 300 334	1 368 765
ACTIVO CORRENTE:			
Adiantamentos a fornecedores	7		20 198
Outras contas a receber		21 820	33 575
Activos financeiros detidos para negociação	8	7 428 603	7 111 629
Caixa e depósitos bancários	4	3 191 294	3 190 595
Total do activo corrente		10 641 717	10 355 997
Total do activo		11 942 052	11 724 762
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	9	11 372 599	11 323 200
Reservas	9	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados	9	(1 025 474)	(1 439 504)
Subsídios ao Investimento	9	254 062	287 686
		11 724 493	11 294 688
Resultado líquido do exercício		178 251	414 029
Total dos fundos patrimoniais		11 902 743	11 708 717
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		30 141	7 556
Estado e outros entes públicos	10	418	873
Outras contas a pagar	11	8 750	7 616
Total do passivo corrente		39 309	16 045
Total do passivo		39 309	16 045
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11 942 052	11 724 762

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Mário Soares

António Monteiro

António Moreira Ferreira

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Álvaro Nascimento

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Henrique Granadeiro

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2013	Dezembro 2012
Subsídios à exploração	12	163 690	203 690
Fornecimentos e serviços externos	13	(109 917)	(103 382)
Subsídios concedidos	14	(399 862)	(413 531)
Gastos com o pessoal		(6 841)	(8 811)
Aumentos / reduções de justo valor	8	477 308	678 156
Outros rendimentos e ganhos	15	115 711	113 188
Outros gastos e perdas	16	<u>(26 022)</u>	<u>(18 672)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>214 068</u>	<u>450 638</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	<u>(149 223)</u>	<u>(166 624)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>64 845</u>	<u>284 014</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	<u>113 406</u>	<u>130 015</u>
Resultado antes de impostos		<u>178 251</u>	<u>414 029</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		<u><u>178 251</u></u>	<u><u>414 029</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares

António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Álvaro Nascimento

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Henrique Granadeiro

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em euros)

	Fundos patrimoniais						
	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 9)	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do exercício 2013		11 323 200	1 123 306	(1 439 504)	287 686	414 029	11 708 717
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Resultado integral do exercício	9	-	-	-	-	178 251	178 251
Realização de fundos	9	49 399	-	-	-	-	49 399
Aplicação de resultados	9	-	-	414 029	-	(414 029)	-
Reconhecimento de subsídios	9	-	-	-	(33 624)	-	(33 624)
		49 399	-	414 029	(33 624)	(235 778)	194 026
Posição no fim do exercício 2013		11 372 599	1 123 306	(1 025 474)	254 062	178 251	11 902 743

	Fundos patrimoniais						
	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 9)	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do exercício 2012		11 323 200	1 123 306	(909 042)	326 298	(530 462)	11 333 300
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Resultado integral do exercício	9	-	-	-	-	414 029	414 029
Aplicação de resultados	9	-	-	(530 462)	-	530 462	-
Reconhecimento de subsídios	9	-	-	-	(38 612)	-	(38 612)
		-	-	(530 462)	(38 612)	944 491	375 417
Posição no fim do exercício 2012		11 323 200	1 123 306	(1 439 504)	287 686	414 029	11 708 717

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares

António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Álvaro Nascimento

António Mexia

Henrique Granadeiro

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

**FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em euros)

	2013	2012	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos de subsídios/donativos	(106 289)	(27 130)	
Pagamentos de apoios	(288 972)	(291 820)	
Pagamentos de bolsas	(4 601)	(8 850)	
Recebimentos de subsídios à exploração	160 000	200 000	
Pagamentos a fornecedores	(67 209)	(194 991)	
Pagamentos ao pessoal	(4 768)	(5 928)	
Caixa gerada pelas operações	(311 839)	(328 719)	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(13 323)	(7 292)	
Outros recebimentos / pagamentos	(16 810)	(128 395)	
Fluxos das actividades operacionais [1]	(341 972)	(464 406)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos intangíveis	(60 597)	(57 253)	
Investimentos	(10 888 406)	(10 949 003)	
		(9 182 298)	(9 239 551)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos	11 105 286	9 071 594	
Juros e rendimentos similares	125 161	150 017	
Dividendos	11 829	11 242 276	
		7 533	9 229 144
Fluxos das actividades de investimento [2]	293 273	(10 407)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos (Nota 9)	49 398	49 398	
		-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]	49 398	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	699	(474 813)	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 4)	3 190 595	3 665 408	
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 4)	3 191 294	3 190 595	(474 813)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares

António Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Álvaro Nascimento

António Mexia

Henrique Granadeiro

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas têm vindo a ser preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 10 de Julho, que veio a implementar o Sistema de Normalização Contabilística (“SNS”).

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”) não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as disposições gerais do SNC, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	1 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

Os ativos que integram a rubrica de “Outros ativos fixos tangíveis” incluem um montante de 6.285 Euros relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de

Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efetuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na demonstração dos resultados em “resultados financeiros”, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- (iii) Ajustamento no valor de contas a receber.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Numerário	45	163
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	146.151	25.334
Depósitos a Prazo	<u>3.045.098</u>	<u>3.165.098</u>
	<u>3.191.294</u>	<u>3.190.595</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço “Outras contas a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	803.143	346	16.871	17.388	82.262	920.009
Amortizações do exercício	-	73.689	-	8.226	13	1.165	83.093
Saldo final	-	876.832	346	25.097	17.401	83.427	1.003.102
Activos líquidos	294.291	596.937	-	15.288	-	6.674	913.189

2012							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Aquisições	-	-	-	31.352	-	-	31.352
Saldo final	294.291	1.473.769	346	40.385	17.401	90.101	1.916.292
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	729.455	329	9.033	17.341	81.065	837.222
Amortizações do exercício	-	73.688	17	7.838	47	1.197	82.787
Saldo final	-	803.143	346	16.871	17.388	82.262	920.009
Activos líquidos	294.291	670.626	-	23.514	13	7.839	996.283

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” no montante de 15.288 Euros e 23.514 Euros respetivamente, refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto “Escolas de Artes e Ofícios”.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2013					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	991.606	4.797	811	-	997.214
Aquisições	80.792	-	-	-	80.792
Saldo final	1.072.398	4.797	811	-	1.078.006
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	619.124	4.797	811	-	624.732
Amortizações do exercício	66.129	-	-	-	66.129
Saldo final	685.253	4.797	811	-	690.861
Activos líquidos	387.145	-	-	-	387.145
2012					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	915.278	4.797	811	-	920.886
Aquisições	76.328	-	-	-	76.328
Saldo final	991.606	4.797	811	-	997.214
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	535.786	4.797	811	-	541.394
Amortizações do exercício	83.338	-	-	-	83.338
Saldo final	619.124	4.797	811	-	624.732
Activos líquidos	372.482	-	-	-	372.482

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsa um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 o montante registado nesta rubrica (20.198 Euros) diz respeito a um adiantamento efetuado pela Fundação ao CEsa – Centro de Estudos sobre África, associado ao “Projeto Memória de África e do Oriente”).

8 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2013	Valor carteira 2012
Acções cotadas	370.289	187.022
Obrigações cotadas	3.184.994	4.086.679
	<u>3.555.283</u>	<u>4.273.701</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	1.916.896	1.712.969
Obrigações do Tesouro	910.282	429.498
Papel comercial	1.043.331	691.162
Derivados	2.811	4.299
	<u>3.873.320</u>	<u>2.837.928</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>7.428.603</u>	<u>7.111.629</u>

Os ativos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / reduções de justo valor”.

A rubrica de “Derivados” apresenta a 31 de Dezembro de 2013 um saldo de 2.811 Euros (4.299 Euros em 31 de Dezembro de 2012), o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (227.913 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

A única exceção à regra de registo a justo valor através de resultados acima referida, refere-se ao papel comercial que é registado ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade identificadas. No entanto, dado que este se refere a operações de curto prazo e vence juros a taxas de mercado que são apresentadas na linha de balanço “Ativos financeiros detidos para negociação”, o Conselho de Administração entende que o valor pelo qual este se encontra registado nas contas da Fundação espelha o seu Justo valor (1.043.331 Euros a 31 de Dezembro de 2013, 691.162 euros a 31 de Dezembro de 2012).

As participações financeiras em Ações geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 11.829 Euros (8.677 Euros em 31 de Dezembro de 2012) – Nota 17.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Ações cotadas	31.12.2013			31.12.2012		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
EDP-RENOVÁVEIS	3.513	3,86	13.564	3.513	3,99	14.031
GALP ENERGIA	1.573	11,92	18.742	1.573	11,76	18.498
SONAE SGPS	47.276	1,05	49.593	47.276	0,69	32.479
TELEFONICA	2.247	11,84	26.593	2.247	10,19	22.897
REPSOL YPF	766	18,82	14.413	766	15,34	11.747
CTT	30.000	5,59	167.700	-	-	-
BANCO P.E.(MAD)	18.172	4,39	79.684	-	-	-
GAS NATURAL SGD	-	-	-	3.017	13,58	40.971
BOLSAS Y MERCADO	-	-	-	1.734	18,45	31.992
BBVA	-	-	-	2.070	6,96	14.407
			370.289			187.022

Obrigações cotadas	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no dia
ANGLO 4,375%-2016	-	-	-	-	50.000	110,83%	4,38%	55.587
BBPI-3.25% H7-15	200.000	101,25%	3,25%	208.739	200.000	98,76%	3,25%	203.754
BBVA SEN.F.3% 13	-	-	-	-	100.000	100,44%	3,00%	101.515
BCP-5.625%-2014	100.000	100,71%	5,63%	104.597	-	-	-	-
BCP-TV-2013	-	-	-	-	150.000	99,55%	1,09%	149.475
BES-5.625%-2014	150.000	101,28%	5,63%	156.744	150.000	100,94%	5,63%	156.241
BES5.875-11/2015	200.000	104,13%	5,88%	209.924	200.000	102,82%	5,88%	207.342
BES-TV-2013	-	-	-	-	200.000	99,59%	1,19%	199.401
BONOS-4.3%-2019	73.000	106,42%	4,30%	78.208	73.000	97,73%	4,30%	71.864
BRISA C.R-4,797%	-	-	-	-	40.000	101,13%	4,80%	40.955
BRISA F-4,5%-2016	100.000	103,81%	4,50%	104.131	100.000	100,37%	4,50%	100.693
BUONI-3,5%-2014	-	-	-	-	60.000	102,28%	3,50%	61.538
BUONI-4,25%-2019	100.000	106,68%	4,25%	108.264	100.000	102,92%	4,25%	104.329
CGD-4,375%-2013	-	-	-	-	100.000	99,75%	4,38%	102.531
CGD-8%-2015	128.000	108,50%	8,00%	141.517	128.000	107,81%	8,00%	140.634
CONTINENTE-7%-15	120.000	104,50%	7,00%	129.017	120.000	104,30%	7,00%	128.777
CP-4,17%-2019	100.000	89,00%	4,17%	89.868	100.000	77,52%	4,17%	78.384
EDP FBV.3,25%-2015	100.000	101,44%	3,25%	104.017	100.000	100,03%	3,25%	102.607
EDP-6%-12.14	40.000	102,36%	6,00%	41.097	40.000	102,97%	6,00%	41.340
EDP-BV-4,125%/21	100.000	100,98%	4,13%	101.437	-	-	-	-
EDP-VB-4,875%-2020	100.000	105,44%	4,88%	106.908	-	-	-	-
ENAGAS-4,375%15	-	-	-	-	100.000	105,57%	4,38%	107.684
ENI SPA-4,125%-19	50.000	109,75%	4,13%	55.472	50.000	112,23%	4,13%	56.713
EURO UN-2,375%+2017	-	-	-	-	50.000	108,46%	2,38%	54.553
FRANCE 4%-2018	-	-	-	-	40.000	116,40%	4,00%	47.654
GAS NATURAL CAP-4,125%	100.000	108,75%	4,13%	112.569	100.000	105,87%	4,13%	109.687
IBERDROLA F- 3,5%	50.000	105,87%	3,50%	53.311	50.000	104,64%	3,50%	52.699
L.B.TSY-NIKK-15	100.000	3,00%	3,00%	2.477	100.000	3,00%	3,00%	3.000
MOTA ENGIL-6,85%	100.000	105,75%	6,85%	107.691	-	-	-	-
PARPUB-3,5% 2013	-	-	-	-	300.000	98,75%	3,50%	301.313
PORT.TEL.5,875%	100.000	109,28%	5,88%	113.433	100.000	103,26%	5,88%	104.462
PORTUCEL-5,375%	100.000	106,17%	5,38%	106.839	-	-	-	-
PT INT-4,375%-2017	100.000	104,44%	4,38%	107.818	100.000	101,01%	4,38%	104.385
RED.ELE.FIN-3,5%	-	-	-	-	100.000	103,98%	3,50%	104.797
REN-4,13%-2018	100.000	102,42%	4,13%	106.190	-	-	-	-
REN-6,25%-2016	200.000	106,03%	6,25%	215.498	200.000	104,25%	6,25%	211.938
REN-TF-2013	-	-	-	-	100.000	103,94%	7,88%	104.396
REPSOL SA 2016	-	-	-	-	100.000	106,59%	4,25%	111.077
SAINT.INTEL.TV.13	-	-	-	-	50.000	100,09%	1,65%	50.189
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61.000	68,50%	2,16%	42.115	61.000	46,75%	1,82%	28.795
SEMAPA 2006/2016	300.000	95,00%	1,69%	286.014	150.000	86,00%	1,76%	129.527
SPAIN T.CZ 06/13	-	-	-	-	120.000	99,21%	-	119.052
ST ISSUANCES-17	50.000	95,04%	1,04%	47.530	50.000	82,50%	0,93%	41.259
TELEFONICA-4,375%-2016	100.000	106,24%	4,38%	110.222	100.000	106,46%	4,38%	110.443
TEMIS-3,406%-2015	-	-	-	-	50.000	103,40%	3,41%	53.014
ZON MULT.12-2015	32.000	104,00%	6,85%	33.347	32.000	103,15%	6,85%	33.075
			3.184.994				4.086.679	

Fundos de Investimento	31.12.2013			31.12.2012		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	7,44	74.958	10.070,93	6,80	68.482
Tesouraria						
BPI LIQUIDEZ FT	38.033,91	7,34	279.000	31.632,86	7,2712	230.009
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	39.515,79	8,69	343.511	43.645,78	8,17	356.586
MUZINICH EUYID HEDGE	1.898,24	184,58	350.376	2.177,23	170,87	372.024
JUPITER GLCONV I	8.500,00	11,91	101.235	-	-	-
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	46,00	1.512,55 (*)	50.451	46	1.212,02 (*)	42.256
BD HECT EAGL US SC	3,73	17.211,87 (*)	46.515	3,727	12.301,38 (*)	34.749
BPI ÁFRICA	12.133,47	9,92	120.376	15.660,66	7,22	113.002
BPI AMERICA CLASSE D	-	-	-	18.351,63	4,66	85.563
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	5,36	65.918	12.288,44	5,43	66.773
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	6.808,50	12,19	82.998	6.808,50	10,93	74.414
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,08	5,98	24.725	4.138,08	6,59	27.262
JUPITER EUROP GROWTH	1.897,53	26,33	49.965	1.897,52	21,87	41.499
MANDARINE VALEUR	7,43	4.944,98	36.731	7,43	4.032,68	29.955
ODEY PANEUROPEAN	149,23	299,63	44.714	149,23	237,09	35.381
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	211.983,20	39.853	0,19	173.812,50	32.677
REYL EUROP EQUIT I	149,39	302,76	45.228	149,38	238,20	35.582
Fundos Fechados						
SPDR S&P 500 ETF	618,00	184,67 (*)	82.854	618	142,52 (*)	66.756
LIXOR ETFIBEX	789,00	98,21	77.488	-	-	-
			1.916.896			1.712.969

(*) Cotação em USD.

Obrigações do Tesouro	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia
OT-5,45%-9/2013	-	-	-	-	320.000	101,55%	5,45%	329.690
OTS-3,35%-2015	200.000	100,04%	3,35%	201.483	-	-	-	-
OTS-4,2%-2016	300.000	100,32%	4,20%	303.618	-	-	-	-
OT-4,35%-2017	300.000	98,85%	4,35%	299.252	-	-	-	-
OT-4,8%-2020	109.000	94,57%	4,80%	105.929	109.000	88,95%	4,80%	99.808
	909.000			910.282	429.000			429.498

O detalhe do papel comercial detido pela Fundação a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, e registado ao respetivo custo de aquisição acrescido de juros corridos, tal como anteriormente referido, apresenta-se conforme se segue:

Papel Comercial	31.12.2013				
	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
SONAE CAPITAL SGPS	50.000	3,94%	19.08.2013	19.02.2014	50.734
SONAE CAPITAL SGPS	300.000	3,54%	28.10.2013	28.04.2014	301.890
SONAE CAPITAL SGPS	100.000	3,84%	23.09.2013	24.03.2014	101.055
SONAE INDUSTRIA SGPS	200.000	3,43%	16.12.2013	26.06.2014	200.286
EFACEC 9ª	144.971	6,90%	25.10.2013	24.04.2014	146.832
MOTA ENGIL SGPS	148.499	4,00%	13.12.2013	14.03.2014	148.796
LUIS SIMÕES SGPS, SA	99.861	2,50%	20.12.2013	09.01.2014	99.937
	1.043.331				1.049.530

Papel Comercial	31.12.2012				
	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
SONAE CAPITAL SGPS	50.000	5,61%	28.12.2012	28.01.2013	50.023
EFACEC 9ª	241.162	7,25%	26.10.2012	26.04.2013	244.367
NABE I ROGEST SGPS - 9	300.000	3,61%	06.12.2012	04.01.2013	300.753
SATA INTERNACIONAL	100.000	6,11%	14.12.2012	14.01.2013	100.289
	691.162				695.432

A decomposição da rubrica de “aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	35.185	51.821
Obrigações	334.766	610.192
Derivados	12.932	19.413
Outros - UP's	173.474	228.184
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(5.357)	(68.027)
Obrigações	(40.143)	(100.732)
Derivados	(7.844)	(9.265)
Outros - UP's	(25.705)	(53.430)
	477.308	678.156

9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros. O valor inscrito na rubrica de Balanço “Fundo Social”, (11.372.599€), refere-se ao capital realizado.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2013	31.12.2012
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Eletricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidrelétrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	-----	-----
Fundo subscrito por realizar	11.385.069 (12.470)	11.385.069
	-----	-----
	11.372.599	11.323.200

Durante do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o fundador Fundação Belmiro de Azevedo realizou 49.399 Euros relativos a Fundos subscritos e ainda não realizados em exercícios anteriores.

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artº 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo desta rubrica inclui o montante de 199.519 Euros (224.459 Euros em 31 de Dezembro de 2012) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 37.451 Euros e 17.092 Euros (43.692 Euros e 19.534 Euros em 31 de Dezembro de 2012, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto “Memória de África - Módulo Oriente”, nos exercícios de 2010 e de 2011, respetivamente.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.623 Euros (38.611 Euros em 31 de Dezembro de 2012 - nota 15).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2013 (38.611 Euros em 31 de Dezembro de 2012) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

11 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Outras contas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações a Liquidar	1.841	1.084
Outras contas a pagar	6.908	6.532
	<u>8.749</u>	<u>7.616</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2013, o montante de, aproximadamente, 6.900 Euros (6.500 Euros em 2012), correspondente ao último trimestre de 2013 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

12 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Subsídio Camões - Escolas Profissionais (Ex-Escolas de Artes e Ofícios)	160.000	200.000
Outros subsídios	3.690	3.690
	<u>163.690</u>	<u>203.690</u>

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2013 diz respeito a um incentivo pago em duas tranches, de 80.000 Euros cada, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projeto “Escolas de Artes e Ofícios”. Este subsídio teve uma redução de 80.000 euros face ao inicialmente aprovado para o exercício de 2013, que era de 240.000 euros.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2011 a 2014, no montante total máximo de 1.000.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Trabalhos especializados	42.305	37.245
Comissão de gestão da carteira	26.940	25.008
Deslocações e estadas	11.240	11.707
Conservação e reparação	2.324	4.755
Comunicação	4.518	3.273
Outros Fornecimentos e serviços externos	22.590	21.394
	<u>109.917</u>	<u>103.382</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2013, um montante de 13.464 Euros relativos a serviços de manutenção (15.309 Euros em 31 de Dezembro de 2012) e 11.808 Euros de honorários para auditoria (11.070 Euros em 31 de Dezembro de 2012).

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

14 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJETOS FINANCIADOS

A rubrica de “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Escolas Profissionais (Ex-Escolas de Artes e Ofícios) de Moçambique	223.245	310.690
Diáspora Portuguesa em Angola	55.008	2.931
Subsídios diversos	32.720	18.200
Divulgação de acções preventivas de ITS's, VIH e SIDA	24.000	25.500
Observatório de África	18.860	18.860
Actividades culturais	9.000	13.000
Exposição do Mestre Eduardo Nery	8.500	-
Reedição do Livro "Para Memória Futura - Dez Anos a Acreditar"	8.118	-
Arquitectura Portuguesa em Moçambique	7.500	-
Guiné-Bissau – processos de orientação profissional	7.161	6.000
Donativos	5.750	6.500
Bolsas de estudo concedidas	-	8.850
Conferência África-Europa em construção	-	3.000
	<u>399.862</u>	<u>413.531</u>

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 para o projeto “Escola de Artes e Ofícios de Moçambique”, incluem um montante de, aproximadamente, 87.500 Euros (92.500 Euros, em 2012) para formação de formadores, 65.250 Euros (106.000 Euros em 2012) para bolsas de estudo e 28.000 Euros para o Curso de Capacitação Pedagógica para a Docência da Universidade Católica Portuguesa.

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Subsídios ao investimento (Nota 9)	33.623	38.612
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	35.421	14.140
Obrigações	20.687	31.008
Outros - UP's	25.980	27.240
Outros rendimentos e ganhos	-	2.188
	<u>115.711</u>	<u>113.188</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África” (Nota 9). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica de Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

16 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Impostos	3.220	4.235
Donativos	14.150	5.000
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Obrigações	-	1.005
Outros activos financeiros - UP's	1.442	1.365
Outros gastos e perdas	7.210	7.067
	<u>26.022</u>	<u>18.672</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização, efetuada previamente à alienação.

17 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	64.048	112.331
Papel comercial	37.529	9.007
Dividendos recebidos (Nota 8)	11.829	8.677
	<u>113.406</u>	<u>130.015</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários. Nas suas reuniões o Conselho Fiscal contou com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.
4. O balanço a demonstração dos resultados e o anexo às demonstrações financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2013.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2013.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 27 de Março de 2014

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ângelo Ludgero Marques

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal - África ("Fundação" - uma pessoa colectiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 11.942.052 Euros e fundos patrimoniais de 11.902.743 Euros, incluindo um resultado líquido de 178.251 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Fundos Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Fundação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos patrimoniais e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Portugal - África em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus Fundos Patrimoniais e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 10 de Fevereiro de 2014


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido apurado no exercício, no montante de € 178.250,81 (cento e setenta e oito mil duzentos e cinquenta euros e oitenta e um cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € 178.250,81

TOTAL: € 178.250,81

ELENCO DE FUNDADORES

(Euros)

1. Banco BPI, S.A.	5 426 922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798
9. Câmara Municipal do Porto	299 279
10. Fundo EFTA	274 339
11. IAPMEI	124 700
12. Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700
13. H. Cabora Bassa	99 760
14. Tabaqueira, S.A.	99 760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820
16. Estado Português	49 880
17. Partex, S.A.	49 880
18. Tertir, S.A.	49 880
19. Cabelte, S.A.	24 940
20. Fáb. Moagens do Marco, S.A.	24 940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940
22. Ferbritas-Emp. I. Comerciais, S.A.	24 940
23. Quintas & Quintas, S.A.	24 940
24. RAR-Holding, S.A.	24 940
25. Asea Brown Boveri, S.A.	24 940
26. Soc. Portug. Acum. Tudor, S.A.	24 940
27. Solidal, S.A.	24 940
28. Somague, S.A.	24 940
29. Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24 940
30. Associação Emp. Portugal	12 470
31. Inst. Inv. Cient. Tropical	9 976
32. OGMA-Ofic. G.M. Aeronautico	9 976
33. Academia I. Cult. Portuguesa	4 988
34. Árvore-Coop. Activ. Artísticas	4 988
35. Associação Com. do Porto	4 988
36. Associação Ind. Portuguesa	4 988
37. Assoc. P. D. Econ. Coop.-ELO	4 988
38. Câmara C. I. Port./A. C. Lisboa	4 988
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988
40. Com. Coord. Região Norte	4 988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988
42. Cosec-Comp-Seg. Crédito	4 988
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988
44. Fund. Luso-Amer. p/Desenv.	4 988
45. Inst. Eng. Sist. Computadores	4 988
46. Instituto Nac. de Estatística	4 988
47. Inst. Sup. Ciênc. Soc. Políticas	4 988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988
49. Instituto Superior Técnico	4 988
50. Inv. Com. Tur. Portugal (ICEP)	4 988
51. Lab. Nac. Eng. Civil (LNEC)	4 988
52. PME Capital, S.A.	4 988
53. Profabril-Centro Projectos	4 988
54. Un. Cid. Cap. Luso-Am. As. (UCCLA)	4 988
55. Universidade de Aveiro	4 988
56. Universidade Católica	4 988
57. Universidade do Minho	4 988
58. Universidade Moderna	4 988
59. Universidade do Porto	4 988
60. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988

ORGÃOS SOCIAIS

2011 / 2014

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Mário Soares - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Hélder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Nuno Miguel Teixeira de Azevedo)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Mexia)

Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Banco Comercial Português/Atlântico (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento)

Portugal Telecom, S.A. (Dr. Henrique Granadeiro)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui Moreira)

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Francisco Murteira Nabo - Presidente

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.º António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação - ELO

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD

Instituto de Investigação Científica Tropical

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC

CONSELHO FISCAL

Eng.º Ângelo Ludgero Marques - Presidente

IAPMEI (Dr.ª Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.ª Maria de Fátima Borges da Fonseca)